

Bolívia pré-golpe: notas de um estudo de campo

Fabio S. M. de Castro¹

Sinclair Mallet Guy Guerra²

Paulo Alves de Lima Filho³

Resumo

Este artigo é o resultado preliminar de uma pesquisa *in loco* realizada na Bolívia no mês de julho de 2019 a fim de compreender as características do processo de mudança do país iniciado em 2006. A investigação se propôs a verificar tal processo nos eixos econômico, social e político. A conjuntura apresentada abarca uma trajetória de estabilidade econômica, um contexto social de redução das desigualdades e um cenário político marcado pela busca da democracia intercultural, atualmente contrastada por uma polarização desestabilizadora.

Palavras-chave: revolução, transição, desenvolvimento e América Latina.

Resumen

Este artículo es el resultado preliminar de una investigación realizada *in situ* en Bolivia en julio de 2019 con el fin de comprender las características del proceso de cambio en el país iniciado en 2006. El trabajo se propuso verificar este proceso en los ejes económico, social y político. El escenario presentado abarca una trayectoria de estabilidad económica, un contexto social de reducción de las desigualdades y un ambiente político marcado por la búsqueda de la democracia intercultural, actualmente contrastada por una polarización desestabilizadora.

Palabras clave: revolución, transición, desarrollo y América Latina.

Abstract

This paper is the preliminary result of an on-site survey carried out in Bolivia in July 2019 in order to understand the characteristics of the process of change in the country that started in 2006. The investigation was proposed to verify this process in the economic, social and political axes. The presented scenario encompasses a trajectory of economic stability, a social context of reduction of inequalities and a political scenario marked by the pursuit of the intercultural democracy, currently contrasted by a destabilizing polarization.

Keywords: revolution, transition, development and Latin America.

¹ Economista, doutorando em Economia Política Mundial pela UFABC. Pesquisador do Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos (IBEC) e professor na FMU. fabio.castro@ufabc.edu.br

² Doutor em Economia da Energia pela Université Sorbonne Nouvelle - Paris III. Docente do Programa de Pós Graduação em Economia Política Mundial da UFABC. sguerra8@gmail.com

³ Economista pela Universidade da Amizade dos Povos "Patrice Lumumba" – Moscou - Rússia, doutor em Ciência Política pela PUC-SP. Coordenador Geral do IBEC. palf1951@gmail.com



Introdução

A Bolívia voltou às manchetes de jornais, mais uma vez no fim de 2019, com motivo de sua instabilidade política. O país, que tem o século XX mais instável da região, passara os últimos quase 14 anos no maior período de estabilidade de sua história. Um golpe de Estado regido por militares, após um forte movimento da classe média boliviana de contestação dos resultados das eleições, interrompeu um ciclo de mudanças que se estabeleceu na Bolívia durante os quase três mandatos presidenciais completos de Evo Morales.

Este artigo não almeja discutir o processo do golpe em si, ainda em processo. O objetivo é apresentar o cenário que estava estabelecido na Bolívia antes das eleições de outubro de 2019 que levaram à renúncia forçada do presidente Evo Morales, em meio à crescente violência nas principais cidades do país.

Os resultados apresentados são fruto de uma pesquisa de campo realizada pouco antes da eleição, o que permitiu construir uma análise razoavelmente completa da situação do país. Trazendo à tona temas centrais da estrutura do projeto do governo Evo Morales, convencionada chamar-se de *proceso de cambio* ou processo de mudança (tradução do autor), além de desmistificar a trajetória político social até chegar à conjuntura anterior às eleições de outubro.

O artigo está dividido em 5 partes, além desta introdução. A primeira parte apresenta o procedimento metodológico da pesquisa, a segunda parte aborda o novo modelo econômico - indicando suas estratégias para um longo período de estabilidade -, a terceira parte discute o tema do *vivir bien*, indicando seu tripé: Estado Plurinacional, Regime Democrático Autônomo e Industrialização dos recursos naturais. A quarta parte reconstrói a trajetória



político-social do país, na contradição entre revolução e contrarrevolução. A quinta e última parte levanta hipóteses e discussões sobre o trabalho nas considerações finais.

1. Procedimento Metodológico

106

Uma pesquisa de campo em ciências sociais, além de um mergulho radical na cultura e na realidade de um povo, sempre é um delicado exercício metodológico, cujo preparo é determinante para a elucidação que se almeja em um processo de construção teórica. Neste estudo partimos do método do materialismo histórico dialético, tendo em vista, o que entendemos ser necessário, ter como ponto de partida a realidade concreta para que seja possível compreender o movimento da história.

Dado este trabalho estar inserido em uma pesquisa maior, que aspira construir a teoria de uma via particular de transição, a partir do caso da Bolívia, neste estudo de campo o que se almejou foi a ruptura com os conceitos pré-estabelecidos oriundos de uma larga revisão bibliográfica sobre o assunto. O que a aproxima da ideia, exposta por Bourdieu et al (2007), de ruptura epistemológica para a construção de hipóteses de pesquisa.

Neste sentido, os métodos utilizados para esta ruptura são aqueles expostos por Quivy e Campenhoudt (2005), que determinam este tipo de pesquisa como “trabalho exploratório”, o significa dizer terem sido utilizados métodos coexistentes de entrevista aberta e flexível, observação direta e recolhimento de documentos diversos, com o objetivo de revelar os aspectos mais esclarecedores do fenômeno estudado, a partir de um amplo espectro de aproximações que se retroalimentam num processo de construção.



Por sua vez, os materiais recolhidos neste trabalho exploratório foram submetidos a uma análise inicial para a elaboração deste artigo, fundamentalmente a partir da análise de conteúdo que, sob a ideia da hermenêutica controlada, pressupõe a utilização de técnicas múltiplas, que oscilam entre o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade para compreender o fenômeno estudado (BARDIN, 2011).

Este procedimento metodológico permitiu a elaboração da discussão presente neste artigo, corroborando a tentativa de aproximação da realidade concreta da Bolívia, para que seu movimento histórico possa ser compreendido e uma teoria sobre seu processo de mudança possa ser desenvolvida.

Ao todo, durante o mês de julho de 2019, foram realizadas 20 entrevistas abertas, sendo que metade delas foi gravada, 15 visitas a instituições públicas e empresas do Estado, aquisição de 32 livros, recolhimento de relatórios, memoriais, jornais e filmes. Além disso, houve a participação em eventos públicos, debates, festas tradicionais de rua e foi nos concedida entrevista a uma rádio popular comunitária para falar sobre a pesquisa realizada.

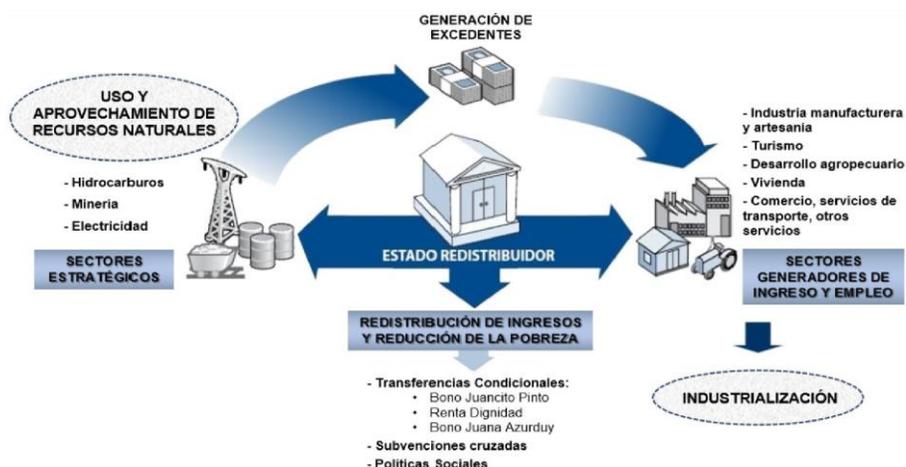
2. Trajetória de estabilidade econômica

Um novo modelo econômico de desenvolvimento emergiu na Bolívia com a ascensão do MAS ao poder, o chamado Novo Modelo Econômico Social, Comunitário e Produtivo. Este modelo assegura ao Estado o protagonismo no desenvolvimento econômico, que busca implementar uma estratégia de crescimento endógeno com potencialização da demanda interna e incentivo à economia plural. O fundamento desta estratégia se expressa a partir dos chamados setores estratégicos geradores de



excedentes, baseados na extração de recursos naturais, notadamente nos setores de hidrocarbonetos, energia elétrica e mineração, para os quais o papel do Estado está em funcionar como um agente redistribuidor (uma vez que estes setores estão nacionalizados), para fomentar os chamados setores geradores de emprego e renda: manufatura, agropecuária e etc., via âmbito privado, cooperativo e comunitário da economia. A figura 1 apresenta graficamente a estrutura deste modelo:

Figura 1: fluxo de funcionamento do modelo boliviano



Fonte: Ministerio de Economía y Finanzas Públicas, 2011.

Tal modelo, somado a um contexto de liquidez internacional, possibilitou ao país manter um cenário constante de estabilidade e crescimento econômico, desde 2005 até hoje, o que permitiu ao Estado avançar no âmbito distributivo da economia, através do incentivo ao mercado interno, pelo investimento em infraestrutura e pelo avanço da industrialização dos recursos naturais, ou através da transferência de renda, seja na via do aumento real do salário ou na dos chamados *bonos* (benefícios), que visam romper com a miséria no âmbito da escolaridade, aposentadoria e maternidade. Para se ter uma ideia deste processo, o PIB (a



preços correntes) boliviano saltou de US\$ 9,57 bi, em 2005, para US\$ 43,69 bi, em 2018. Já o PIB per capita (a preços correntes) saltou de US\$ 1.050 em 2005 para US\$ 3.820 em 2018. Um crescimento médio de aproximadamente 5% ao ano (FMI, 2019).

Para esclarecer este contexto, é importante destacar as políticas macroeconômicas adotadas no período, que perseguiram uma maior efetividade em suas propostas, alicerçadas em uma ideia de soberania e coordenação. A Política Fiscal se pautou por um ambiente de expansão sustentável do gasto público, principalmente na infraestrutura. As Políticas Monetária e Cambial se direcionaram ao fortalecimento do poder aquisitivo interno da moeda, a chamada bolivianização da economia, na contramão da dolarização, o que manteve o câmbio estável, e, além disso, promoveu o fortalecimento do sistema financeiro boliviano e logrou manter a inflação controlada.

Ainda no âmbito das políticas monetária e cambial, a Bolívia mantém um índice de Reservas Internacionais Líquidas de 22% do PIB (BCB, 2019), o que permite a adoção soberana de políticas econômicas contra cíclicas que mantêm a perseguição ao desenvolvimento e crescimento. Para o ano de 2019, até antes das turbulentas eleições de outubro, as expectativas apontavam um crescimento de 4,5% da economia boliviana, mesmo frente a um cenário de desequilíbrio internacional (FMI, 2019).

Importante destacar que o papel do Banco Central da Bolívia (BCB) se distingue de outros casos na América Latina. A instituição atua ativamente na economia de maneira coordenada com o Ministério da Economia e Finanças Públicas, se afastando de proposições hegemônicas no sentido da independência do Banco Central. Além de adotar os mecanismos tradicionais da política monetária, principalmente nas chamadas operações de mercado



aberto para controlar a liquidez da economia, o BCB promove aportes para o desenvolvimento econômico, no sentido de impulsionar a diversificação da matriz produtiva, a seguridade energética e a soberania alimentar do país. Estes aportes são feitos através da concessão de créditos extraordinários às empresas públicas, o que é garantido por lei desde 2009.

Interessante notar que o modelo econômico boliviano adota, até certa medida, o manual de boas práticas institucionais do mercado, promovendo políticas de metas de inflação, câmbio flutuante, responsabilidade fiscal, etc., entretanto, os excedentes econômicos são direcionados à promoção de um universo alternativo de políticas que almejam desenvolver a Bolívia, seja pela via do impulso produtivo, seja pela via da distribuição de renda. Esta dualidade da estratégia boliviana promove um certo mal-estar no *mainstream* do pensamento econômico, tendo em vista os resultados positivos que se apresentam, já que não se encaixam em seus complexos modelos de boas práticas⁴.

Outro destaque, cuja elucidação é indispensável no âmbito econômico, é a estratégia de industrialização dos recursos naturais, fundamentalmente o gás e o lítio. Todavia, além destes dois setores, se deve destacar a inauguração, no ano de 2019, de uma fábrica de cimento, considerada como a mais moderna da América Latina, em Caracollo, Oruro, com capacidade de produção de 3.000 toneladas por dia; e a construção da Usina Siderúrgica de Mutún, em Puerto Suarez, que prevê industrializar 194.000 toneladas de aço por ano a partir de 2020.

O gás recebeu o maior investimento da história da Bolívia, 953 milhões de dólares, possibilitando que hoje o país possa produzir com valor

⁴ Ver: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2019/01/11/america-latina-deve-acelerar-neste-ano-porem-ha-riscos.ghtml>



agregado, como no caso da produção de fertilizante à base de ureia, que tem demanda no mercado internacional. A fábrica boliviana de ureia e amoníaco do grupo da YPFB (*Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos*), que fica em Bulo Bulo, Cochabamba, tem capacidade de produzir 2.100 toneladas de fertilizante por dia, abastecendo todo o mercado interno e exportando o excedente, cerca de 80% do total. A planta foi inaugurada em 2017, com estimativa de ingressos de 300 milhões de dólares por ano.

O lítio, por sua vez, é a grande aposta estratégica do projeto boliviano, tendo em vista que sua industrialização incorpora um elevado grau de desenvolvimento tecnológico e os produtos da cadeia do metal têm demanda crescente no mercado mundial. Toda a cadeia de produção do lítio na Bolívia é determinada pela empresa Estatal YLB (*Yacimientos de Lítio Bolivianos*), cuja criação em 2017, como Empresa Pública Nacional Estratégica, teve o objetivo de concentrar e impulsionar os projetos deste setor.

A Bolívia possui a maior reserva de lítio do mundo, estima-se que 21 milhões de toneladas métricas estejam apenas no Salar de Uyuni, o maior salar do mundo. Mas existem mais dois salares, ainda não estimados, de Coipasa e Pastos Grandes. O governo de Evo Morales aposta na industrialização do lítio como uma das saídas ao desenvolvimento no país, tendo o objetivo de produzir baterias em território boliviano, além de desenvolver tecnologias próprias para este feito.

O fundamento da estratégia do lítio é evitar que os recursos naturais saiam do país sem valor agregado. Desta forma, a mercadoria mais simples que pode ser exportada na cadeia de produção do lítio é o carbonato de lítio, oriundo de vários processos de purificação e transformação dos sais, que formam um pó branco, base para a fabricação de baterias. Por outro



lado, há uma preocupação central com o aproveitamento dos resíduos gerados no processo produtivo a fim de que sejam reaproveitados ou descartados da maneira que gere menos impacto ambiental. Um exemplo disso é a construção da fábrica em escala industrial de Cloreto de Potássio (fertilizante) que absorve parte dos resíduos do processo de evaporação dos sais, elaborando uma mercadoria com demanda principalmente no setor agrícola brasileiro. A fábrica industrial de cloreto de potássio fica no próprio Salar de Uyuni e tem capacidade de produzir 350.000 toneladas por ano do fertilizante, tendo sido financiada em sua integridade pelo Banco Central da Bolívia.

Todo o processo de industrialização do lítio vem sendo desenvolvido com muito cuidado pelo governo, no intuito de garantir a soberania sobre os recursos naturais do país. Entretanto, é sabido que o país não tem capacidade tecnológica autônoma para realizar tal projeto e há a necessidade de estabelecer concessões às empresas multinacionais para se poder avançar. Neste ponto, em toda a cadeia do lítio, é obrigatório que a YLB seja sócia majoritária dos projetos, a empresa estrangeira parceira precisa garantir o mercado para os produtos e a mão de obra deve ser boliviana.

Com estes pressupostos foram estabelecidos distintos acordos internacionais para a industrialização do lítio. No Salar de Uyuni, todo processo de extração da matéria prima, que se inicia na extração dos sais no salar e na evaporação em piscinas industriais, passando pela produção de cloreto de potássio e finalizando na produção de carbonato de lítio⁵, é

⁵ Até o momento da visita neste estudo de campo, a produção de carbonato de lítio se dá em escala piloto; entretanto, já se iniciaram as obras da construção da fábrica industrial, com previsão de início das atividades em 2020.



realizado exclusivamente pela YLB, portanto, sem a presença de capital internacional.

Na planta de La Palca, em Potosí, está instalado o Centro de Pesquisa em Ciência e Tecnologia dos Recursos Evaporativos, sendo parte de uma sociedade entre a YLB (51%) e a empresa alemã ACISA (49%) para a construção de 4 fábricas: Hidróxido de Lítio, Hidróxido de Magnésio, Materiais Catódicos e Baterias de Íon de Lítio⁶. A perspectiva é que estas fábricas estejam em funcionamento até 2022. Atualmente funciona o centro de pesquisa e uma fábrica em escala piloto de baterias de íon de lítio, onde são feitos diversos estudos para o desenvolvimento de tecnologia, inclusive com a perspectiva do carro elétrico.

Nos Salares de Coipasa (Oruro) e Pastos Grandes (Noroeste de Potosí), foi firmado um acordo para uma empresa mista entre a YLB (51%) e o consórcio chinês Xinjiang TBEA Group-Baocheng (49%) para a exploração e produção de Sulfato de Potássio, Hidróxido de Lítio, Ácido Bórico, Bromo Puro, Bromo de Sódio, Cloreto de Lítio, Carbonato de Lítio e Lítio Metálico, num total de 8 fábricas com perspectiva, no futuro, de diversificar a produção para a produção de baterias.

A continuidade deste projeto tende a possibilitar um salto qualitativo na estrutura econômica boliviana, abrindo espaço para que uma cadeia de inovação tecnológica se aproxime do país e permita um impulso

⁶ Na visita à planta La Palca, em uma região isolada próxima à cidade de Potosí, sob proteção do exército, foi possível verificar o andamento destes projetos. Destaco que todos os trabalhadores são bolivianos, muitos dos quais mestres e doutores, com elevado grau de envolvimento com a execução do projeto. Além disso, as baterias de íon de lítio produzidas até o momento, em sua maioria, são utilizadas para oferecer iluminação pública a regiões remotas do país, a partir de circuitos de energia solar produzidos pela empresa alemã que utiliza as baterias bolivianas para armazenamento.



ao desenvolvimento. Um exemplo disso é a fábrica Quantum Motors, em Cochabamba, que se antecipou e está produzindo um carro elétrico dentro do território boliviano, com tecnologia boliviana e discutindo com a própria YLB para formar parcerias a fim de impulsionar o setor.

A Bolívia parece ter encontrado, assim, um caminho para se inserir nas cadeias globais de valor exercendo um papel soberano. A industrialização dos recursos naturais com distribuição de renda e diversificação da economia pode manter a estabilidade econômica lograda nos últimos quase 14 anos e ainda possibilitar um processo de emancipação de sua população contra o histórico parafuso sem fim da colonização.

3. *Vivir Bien*: redução das desigualdades e ampliação da infraestrutura

Aproximadamente, ao longo dos últimos quatorze anos, a Bolívia apontou um caminho para a redução das desigualdades. Os dados do Banco Mundial, por exemplo, indicam que a pobreza extrema foi reduzida de 19,3% da população em 2005, para 5,8% em 2017. Por sua vez, o coeficiente de Gini da Bolívia teve a maior redução entre os países da América Latina, caindo de 0,585 em 2005 para 0,44 em 2016 (WORLD BANK, 2019).

Todo este processo está relacionado ao novo modelo econômico alinhado à ideia de *vivir bien* presente na constituição do país. O *vivir bien* é um conceito que tem origem nas comunidades originárias que habitam a região e se adapta às necessidades contemporâneas da população do país. Portanto, a ideia do "*vivir bien*" não é uma proposta no sentido de voltar ao passado, mas sim o pressuposto de dar um passo ao futuro, tendo o bem estar da população e o respeito ao meio ambiente (*madre-tierra*) como direcionamentos. Para Evo Morales trata-se do *socialismo comunitário do vivir bien*, que é "a satisfação das necessidades materiais humanas através do



diálogo vivificante com a natureza, preservando-a para preservar também o destino e o bem estar comum das futuras gerações de todos os seres vivos” (LINERA, 2019, p.66).

Quijano (2014) aponta o *vivir bien* como uma subversão da ordem social eurocêntrica hegemônica, propondo uma transformação radical do processo de produção, nas vias de uma perspectiva oposta ao padrão colonial e neocolonial estabelecido pelo capital, e a constituição de uma noção de “Outra América Latina”.

Isto significa dizer que na Bolívia está em construção uma proposta soberana de país, em que os valores da diversa cultura nativa são tomados em conta para a elaboração de seu projeto de desenvolvimento. Por isso, o processo de mudança boliviano tem o *vivir bien* como direção, cuja práxis está determinada pelo tripé: Estado Plurinacional, Regime Democrático Autônomo e Industrialização dos Recursos Naturais. Em outras palavras, trata-se de um modelo decolonial, em oposição ao secular processo colonial e neocolonial.

O Estado Plurinacional engendra essa ideia decolonial, almejando através do reconhecimento da diversidade dos povos que coabitam o espaço boliviano, desenvolver uma ideia de país apontado para construção de equilíbrios com a natureza entre as diferentes etnias e culturas. Esta ideia está próxima do que é tratado como a cosmovisão dos povos originários⁷. Para o vice-presidente Álvaro Garcia Linera (2019), trata-se de um processo civilizatório. Este processo tem elevado a autoestima do povo boliviano em alguma medida, o que foi perceptível em todas as entrevistas.

⁷ É evidente que, mesmo nesta lógica plurinacional, a etnia *Aymará* ocupa a posição de vanguarda neste projeto. O que já significa uma grande ruptura com a hegemonia dos brancos e *criollos*, mas desemboca em conflitos com outras etnias.



Destarte, ainda é muito presente o *apartheid* social no país, que tem em seu cerne a discrepância da cor da pele. Os descendentes de indígenas ainda ocupam posições desfavoráveis na divisão social do trabalho. Apesar do presidente ser de uma nação indígena, a maioria dos cargos estratégicos estão ocupados por pessoas brancas ou mestiças. O que indica, ainda, a necessidade se realizar amplos saltos qualitativos no caminho da emancipação dos trabalhadores.

A ideia do Regime Democrático Autônomo remete à compreensão “das múltiplas formas plurais de democracia (direta, representativa, comunitária) e da desconcentração territorial do poder por meio das autonomias” (LINERA, 2019, p. 19). Na Bolívia isso se dá através do que se convencionou chamar de democracia intercultural. As estruturas do poder estão sendo ocupadas por grupos cada vez menos homogêneos, suscitando esta interculturalidade.

Entre outras coisas, a composição do parlamento boliviano possui aproximadamente 30% de pessoas de origem indígena e 50% de mulheres, na lógica dos princípios da Democracia Intercultural. Para se ter uma ideia, no mundo, o país é o segundo colocado no quesito presença feminina no parlamento, o que foi determinado pela Lei nº 26, de 30 de julho de 2010, que estabeleceu o princípio da equivalência na busca por igualdade, paridade e alternância de gênero. (VENTURINI & VILLELA, 2016).⁸

A industrialização dos recursos naturais, como já apresentado na seção anterior, tem sua estratégia apontada para a geração de excedentes a

⁸ Nota-se na Bolívia uma presença marcante de mulheres em toda diversidade cultural e étnica do país. Além disso, há uma composição bastante *sui generis* de jovens no poder. Podemos tomar como simbólico que a presidente do Senado no país é uma mulher de 30 anos, que ademais é cotada como cabeça da possível chapa sucessora da dupla Morales e Linera (OPINIÓN, 2019).



fim de que seja possível a organização de uma economia capaz de crescer, mesmo que ainda estruturada na lógica da reprodução do capital, mas que, entretanto, se oponha ao subdesenvolvimento e à lógica imprescindível do lucro, promovendo distribuição da riqueza e construindo a soberania nacional.

Neste sentido, no intento de alcançar satisfazer as necessidades materiais da população, o avanço da infraestrutura é pedra de toque do projeto de governo. As transformações são evidentes, o país está estruturalmente muito diferente do que encontramos em outra visita ao país, nove anos antes. Em La Paz o maior destaque se dá pelo sistema de Teleféricos que transformou o modelo de transportes da cidade, inclusive facilitando a conexão com a cidade de El Alto. Trata-se da maior rede de teleféricos do mundo, cobrindo uma área de aproximadamente 32 km em suas 11 linhas⁹.

Outro importante avanço na infraestrutura se dá na melhoria e ampliação do sistema viário do país. No passado recente, viajar de carro ou ônibus pela Bolívia era atemorizante, dado que as estradas, em meio ao relevo andino, eram de terra e mal conservadas. Entre 2006-2018 foram pavimentadas mais de 5300 km de novas estradas, o que impulsionou significativamente a integração do país.

No âmbito das telecomunicações, o grande avanço se deu com o lançamento do primeiro satélite boliviano: o Satélite Tupac Katari. Trata-se de um satélite geoestacionário para comunicações, com cobertura nacional

⁹ Impressiona a eficiência do sistema de teleféricos e sua exuberante estrutura, o que além de seu impacto no transporte da cidade, tem elevado potencial turístico. Entretanto, ainda não é o meio de transporte mais barato para a população, tendo em vista que, além da tarifa para ingressar à rede de teleférico (Bs 3), a integração entre as linhas é tarifada (mais Bs 2 por trecho).



para a Bolívia, regional para a Zona Andina e subcontinental para a América do Sul. Sua operação possibilitou uma maior integração do país, principalmente na área rural, levando o acesso a serviços básicos de comunicação: telefonia móvel, televisão digital, acesso à internet e etc. Além disso, permite a implementação de 2 grandes programas estimados pelo governo: a tele-educação e a telemedicina; possibilitando ainda uma melhor coordenação das atividades econômicas, de programas de segurança, das forças armadas e da polícia, e das relações internacionais¹⁰ (LA MIGRAÑA, 2014, p. 120-121).

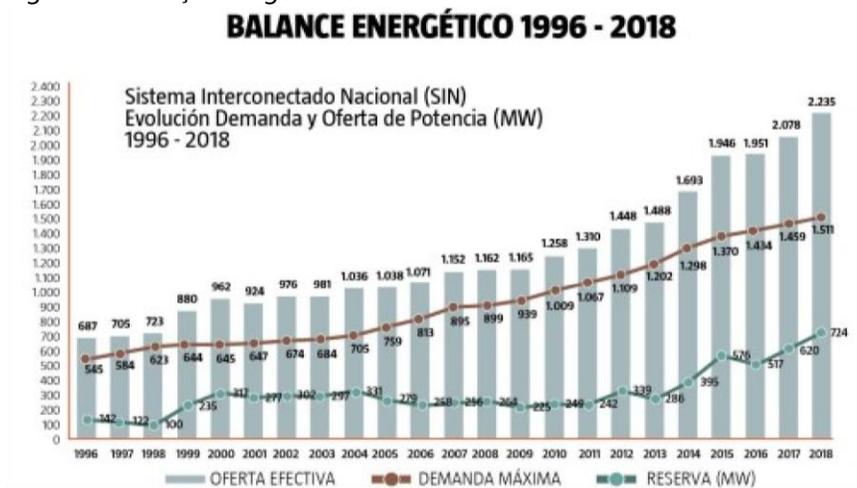
Na área de Energia, com a Empresa Nacional de Eletricidade (ENDE), nacionalizada em 2006, iniciou-se grande impulso à geração e transmissão de energia para todo o país. O projeto se pauta em dois grandes eixos: o primeiro é o de levar acesso à eletricidade à maior parte da população (hoje alcança 91% da população, enquanto em 2005 chegava à apenas 67%); o segundo é o de uma mudança na matriz energética, reduzindo o uso de fontes de origem fóssil e incrementado o uso de energia renovável¹¹. Por fim, há um intento de transformar a Bolívia em exportador de energia elétrica, na lógica da diversificação da produção nos setores estratégicos geradores de excedentes, conforme balanço energético a seguir:

¹⁰ O satélite foi construído e lançado na China, com financiamento chinês. Entretanto, é preciso salientar que na Bolívia foram construídas 2 estações de monitoramento de satélites e uma grande equipe de técnicos e pesquisadores bolivianos foram capacitados na China para que pudessem administrar as atividades vinculadas ao setor espacial. O sucesso econômico e tecnológico foi tanto que já está em projeto a construção do Satélite Tupac Katari 2, que entre outras coisas estabelecerá a tecnologia do 5G no país.

¹¹ A geração de energia na Bolívia é determinada por termoelétricas à base de Gás Natural, cerca de 60% do total. O objetivo é não mais ampliar o uso deste tipo de fonte de energia e marcar a expansão energética da Bolívia por fontes renováveis, principalmente através de usinas hidroelétricas, mas também há projetos de energia solar, eólica e nuclear.



Figura 2: Balanço Energético da Bolívia



Fonte: ENDE, 2019.

No âmbito da distribuição de renda, o projeto se pauta principalmente na ampliação do salário mínimo e nas transferências de renda, além da possibilidade de um 14º salário anual. Estas políticas foram e são importantes para impulsionar a redução das desigualdades, embora ainda insuficientes para romper com o subdesenvolvimento, dado seu vínculo intrínseco com o consumo.

O aumento do salário mínimo boliviano é anunciado anualmente no dia primeiro de maio, dia do trabalhador, tendo no período do governo Morales passado de US\$ 54 em 2005 para US\$ 307 em 2019¹². Um aumento real de mais de 400%, tendo em vista uma inflação média de 6% ao ano. Esse aumento real do poder aquisitivo do salário mínimo é um dos principais fatores da redução da desigualdade no país.

Por sua vez, são os benefícios sociais a renda que com mais intensidade combate a miséria no país. São 3 tipos de benefícios principais

¹² O salário mínimo boliviano já é maior que o brasileiro, que hoje está por volta de US\$ 250.



que visam dar assistência social em três âmbitos: educação, terceira idade e maternidade. No âmbito da educação há o chamado *Bono Juancito Pinto*, que paga uma benefício de Bs 200 por ano a estudantes de escolas públicas, com o objetivo de incentivar a permanência das crianças na escola, uma vez que é condicionado a uma presença superior a 80% no ano letivo; no âmbito da terceira idade há a *Renta Dignidad*, que paga uma renda complementar (à aposentadoria) a idosos com mais de 60 anos no valor de Bs 250, ou Bs 300 àqueles que não conseguiram se aposentar; no âmbito da maternidade há o *Bono Juana Azurduy*, que paga uma renda de Bs 1820, divididos em 33 meses, para mulheres grávidas ou com filhos, de até 2 nos de idade, em situação de vulnerabilidade, condicionado à realização de exames pré-natal, acompanhamento de saúde e vacinação.

Por fim, o impulso à distribuição de renda ainda se determina pela política do 14º salário ou o chamado *doble aguinaldo* (gratificação de natal dupla). O programa obriga as empresas a pagarem um 14º salário anual aos trabalhadores sempre e toda vez que o crescimento do país superar os 4,5% no ano, tendo a condição de que 15% do valor seja destinado ao consumo de bens e serviços de origem nacional.

Para além da infraestrutura e da distribuição de renda, é importante elucidar como estão situadas a saúde e a educação no processo de mudança boliviano. No que diz respeito à educação, o maior impacto do projeto de desenvolvimento estabelecido por Evo Morales foi a erradicação do analfabetismo em 2014¹³. Além disso, há um investimento elevado em educação, 8% do PIB, perdendo apenas para Cuba na América Latina. Este investimento coloca a educação como sendo um dos pilares do processo de

¹³ A taxa de analfabetismo da Bolívia é de 2,5% (2017), abaixo dos 4% determinados pela ONU para considerar o país erradicado do analfabetismo.



mudança no país, apontando para a necessidade de formar profissionais qualificados para atender as demandas da industrialização nacional, mas, além disso, está alicerçado na inclusão da população historicamente excluída, principalmente os indígenas.

Com relação à saúde, há em construção o projeto de um sistema universal de saúde¹⁴, mas ainda muito contestado no país. O avanço ocorrido foi no sentido da construção de infraestrutura, embora o acesso à saúde ainda seja muito insuficiente. Um item ainda alarmante do país é o acesso ao saneamento básico. Apesar do impulso ao saneamento, ampliando o acesso de 40% para 60% da população no período Morales, o déficit ainda é muito grande.

Em resumo, o processo de mudança da Bolívia apresenta resultados impactantes na perseguição ao *vivir bien*, embora o caminho à frente, para romper finalmente com o subdesenvolvimento, seja ainda longo, e sua manutenção dependa da estabilização do quadro político do país, tal como se apresenta na próxima seção. O fato é que há, de forma geral, a coexistência entre o modelo neoliberal e o modelo decolonial, entre o trabalho alienante e a autogestão, entre a segregação e a inclusão, entre o extrativismo e a preservação. Não há uma ideologia ou grupo hegemônico na esfera política, trata-se de um processo em construção, transitando para um novo país.

4. Revolução e turbulências contrarrevolucionárias

A vitória eleitoral do MAS na figura de Evo Morales em 2005 é um processo progressivo que tem seu início cinco anos antes em meio a um cenário de revoltas populares: a chamada Guerra da Água. Mas, um olhar

¹⁴ Lei nº1152 – 20 de fevereiro de 2019.



mais atento, permite compreender que essa guerra não era pura e simplesmente uma revolta que se possa resumir no âmbito econômico, pois seu cerne de fato é indissociável da condição histórica de formação do país.

Zavaleta Mercado (1990) indica que a Bolívia pode ser caracterizada por uma sociedade *abigarrada*, o que quer dizer que convivem no país distintas culturas e formas de organização social que ao mesmo tempo pouco se articulam. Esta característica boliviana produziu uma sociedade marcada por um *apartheid* (apartamento) social muito particular, mas que exprime de maneira muito evidente a luta de classes que muitas vezes está disfarçada em outras sociedades. Na Bolívia, por longos séculos, uma minoria branca, e/ou *criolla*, teve as rédeas do país e manteve a maioria, de origem indígena, subjugada a seus interesses e, fundamentalmente, por sua vez, aos interesses externos, uma espécie de dependência ultraradical.

A Guerra da Água explode no âmbito do sentido econômico da privatização da água, que abre as portas da história para um levante que trouxe à tona todas essas contradições étnicas e sociais que estavam suprimidas por décadas de regimes autoritários. O que desejo dizer com isso é que não basta compreender a conjuntura dessas revoltas sem compreender seu sentido histórico.

O objetivo deste artigo é apresentar a conjuntura a partir do estudo de campo realizado, mas é indispensável fazer um pequeno adendo histórico-estrutural para guiar a discussão. A Bolívia é uma das regiões mais ricas do mundo em recursos naturais estratégicos. Significa dizer que os olhos do império mundial do capital olham com bastante atenção para tudo que se passa no país. Na fase de acumulação primitiva do capital em tempos coloniais, por exemplo, Potosí chegou a ser uma das maiores cidades do mundo, cuja importância foi elemento determinante para a configuração



geopolítica da América do Sul. Basta compreender o significado de se instalar a primeira casa da moeda da região em 1572 (PRODANOV, 2002). Os séculos coloniais foram baseados na forma de exploração do trabalho indígena chamada “mita”, uma espécie de trabalho forçado temporário em minas para as populações originárias.

A grande revolta contra esta estrutura deu-se na Bolívia ainda antes da independência formal do país, no chamado *cercos a La Paz* de 1780. A revolta contra os abusos coloniais levou a região a uma batalha sangrenta que terminou com o esquarteramento e exposição da cabeça de seu líder, Tupac Katari¹⁵. O movimento não venceu por completo a estrutura colonial, mas levantou a bandeira étnica e, como conquista, extinguiu a “mita” e pressionou para o surgimento de um novo movimento pela independência (GUZMÁN, 1944).

A independência, em 1825, ergueu a bandeira dos libertadores da América, mas não incluiu a grande massa da população, manteve a segregação racial inalterada e logo se mostrou insuficiente para vencer a barreira da dependência externa do país. A política no primeiro século após a independência não conseguiu formar uma nação, as guerras foram incessantes ao custo da vida de uma multidão de pessoas e serviram aos interesses privados, geralmente externos, ao passo que o território boliviano foi se moldando ao ponto de se tornar uma “ilha” sem saída ao mar¹⁶. O

¹⁵ A figura de Tupac Katari ainda é uma das mais importantes referências de resistência do país. No século XX foi inspiração de um importante movimento de esquerda: o katarismo. Com a vitória de Evo Morales, há a ideia de que se continua a luta deste personagem, ao ponto de o primeiro satélite do país levar o seu nome.

¹⁶ A assim chamada Guerra do Pacífico (1879-1883) contra o Chile, em uma evidente disputa entre os interesses de grandes corporações inglesas e americanas do ramo da exploração de recursos naturais, levou a Bolívia a perder o território de



segundo século começou com a guerra final que levou a Bolívia aos atuais limites: a Guerra do Chaco, entre 1932 e 1935. Após ela, a Bolívia se tornou um dos países mais instáveis do mundo.

A aceleração das contradições, posteriormente ao fim da Guerra do Chaco, deixou a Bolívia em situação crítica, em que para atender os interesses dos “barões do estanho”, os oligarcas da época, a política do país expandia a miséria da população. Esta configuração fez emergir um movimento de emancipação nacional que culminou com uma revolução nacionalista, em 1952. Revolução esta que dá início à consolidação do Estado boliviano.

Andrade (2007) aponta que a chamada revolução boliviana de 1952 emerge no enfrentamento à extrema concentração das riquezas nas mãos dos barões do estanho. Os trabalhadores, mineiros ao centro, chegaram ao poder e proveram uma extensa política de nacionalização das riquezas. O âmbito transformador da revolução sucumbiu no processo histórico e não avançou no sentido da emancipação dos trabalhadores, entre outras coisas pelo não enfrentamento da questão étnica, sendo derrotada finalmente por sucessivos golpes militares.

Em 1971, outra experiência paradigmática aponta este caráter de resistência étnica do processo boliviano. Após um período marcante de mobilizações, em 1º de maio de 1971, foi instalada a Assembleia Popular, que, resgatando a resistência de 1952, promoveu uma dualidade no poder à

Antofagasta e, conseqüentemente, sua saída soberana ao mar. Até hoje a disputa por esse território é relevante e desperta conflito entre os dois países.



época, durante o governo nacionalista do General Torres¹⁷, que se equilibrava entre as pressões imperialistas e do proletariado.

A Assembleia Popular se definiu como órgão do poder da classe operária e das massas bolivianas e tinha o objetivo de fazer triunfar a revolução boliviana no caminho do socialismo, materializando a libertação nacional frente ao imperialismo (ANDRADE, 2007).

Por quase quatro meses a Assembleia Popular se fortaleceu, à semelhança dos cordões industriais que se manifestaram no Chile de Allende. Andrade (2007) nomeia esta seção de seu livro como “A Comuna de La Paz”, fazendo referência à Comuna de Paris. O movimento foi destruído por outro golpe militar que dilacerou a resistência boliviana e proclamou o “fim da história”¹⁸.

Passados os períodos da Ditadura Militar e, mergulhada na tragédia do neoliberalismo, a exemplo da maioria dos países alvejados por esta dupla articulação, a Bolívia permanecia imersa no subdesenvolvimento, sem vistas para uma saída à emancipação. Os evidentes indicadores da ineficiência neoliberal, num quadro de miséria crônica, reacenderam a chama da herança revolucionária. A aliança dos velhos movimentos operários com o movimento indigenista e camponês possibilitou o resgate da particularidade histórica do país e projetou uma singular nova frente de avanço da emancipação da classe trabalhadora. Levando o “Movimento ao Socialismo” (MAS) ao poder nas eleições de 2005.

¹⁷ Em 2016, a Escola Militar Anti-Imperialista foi aberta para conter a influência dos EUA nas forças armadas bolivianas, levando o nome do General J. J. Torres. Entretanto, pode-se dizer que o projeto falhou no sentido de criar uma cultura militar alternativa. Durante o estudo de campo, a percepção era de que este projeto era um inconveniente para os militares. Não a toa, sua dissolução foi quase imediata após o golpe militar de 2019.

¹⁸ Amplamente conhecida teoria de Francis Fukuyama, 1989.



Esta vitória, que principia nas revoltas da chamada Guerra da Água em 2000, se mostra já nas eleições de 2002, quando a chapa encabeçada por Evo Morales surpreende e perde por uma diferença de apenas dois mil votos para Gonzalo Sanchez de Lozada, o Goni¹⁹. Com país dividido, este segundo mandato de Goni foi marcado por instabilidades, sendo que o principal evento de contestação popular se deu na chamada Guerra do Gás, em outubro de 2003, num contraponto ao projeto de exportação privada de gás aos EUA e na reivindicação da nacionalização dos hidrocarbonetos.

Os conflitos foram intensos em El Alto, centro do movimento de contestação, e estima-se a morte de mais de 60 pessoas, inclusive uma criança de apenas 5 anos. O período também foi chamado "Outubro Negro". Pressionado pelos movimentos populares que exigiam um novo pacto social, Goni foi obrigado a renunciar e se exilou nos EUA.

O vice-presidente Carlos Mesa assumiu o cargo pressionado, por um lado, pela reivindicação, organizada pelo MAS, de se realizar um plebiscito sobre a nacionalização dos hidrocarbonetos. O plebiscito, em julho de 2004, determinou a nacionalização, mas Mesa, pressionado por outro lado pelos interesses externos, alegou que a lei era impossível de se implementar, gerando uma convulsão social que o obrigou a renunciar em março de 2005.

Após a renúncia, assume o presidente do Supremo Tribunal de Justiça, que organiza as eleições no mesmo ano. O cenário para a vitória de

¹⁹ Goni é uma figura pitoresca da história boliviana, ganhou ascensão política atuando na economia do país nos anos 80, adepto da terapia do choque de Jeffrey Sachs, elegeu-se presidente em 1993 por um mandato. Entretanto sua legitimidade entre a população era muito baixa, ao ponto de falar o castelhano com sotaque de norte-americano, tendo em vista sua criação nos Estados Unidos da América uma vez que seu pai era diplomata.



Evo Morales estava posto. O pleito foi vencido com maioria absoluta dos votos, pela primeira vez na história da Bolívia.

Nos quase 14 anos do processo de mudança iniciado em 2006, evidenciaram-se os desafios de se estabelecer um Estado Plurinacional sobre um Estado Colonial estrutural. Pulsaram as contradições derivadas da construção de um modelo autônomo de nação sem rompimento com o neoliberalismo. Apesar disso, o projeto de transição ousou dar passos emancipatórios no país, como apresentado nas seções anteriores.

Evidentemente, este processo não se dá em um ambiente de estabilidade política. Durante todo o período houve investidas contrarrevolucionárias, principalmente a partir de grupos da elite de Santa Cruz. Até o momento da consolidação da nova constituição, havia inclusive o intento de separar a região da Media Luna²⁰ do restante da Bolívia.

Para aprovação da constituição, foram feitos muitos acordos com estes grupos para que se encontrasse um caminho de unidade para o desenvolvimento do país. Promulgada a constituição, em meio à necessidade de conciliação, o vice-presidente Álvaro Garcia Linera chegou a indicar que a fase de contrarrevolução estava liquidada e agora se colocariam na mesa as cartas das tensões criativas do processo (LINERA, 2019). Isto porque na eleição de 2009, após todo este processo turbulento, Evo Morales venceu o pleito com mais de 64% dos votos no primeiro turno. Entretanto, 10 anos depois, o cenário das eleições de 2019, mostrou que o processo não era bem assim.

Na articulação com as classes proprietárias, o processo de mudança perdeu, em alguma medida, alianças importantes da base do partido. O

²⁰ Região que congrega departamentos de Santa Cruz, Beni, Pando e Tarija, sendo a região oriental não andina do país.



símbolo deste processo se deu no lamentado evento nos TIPNIS (Território Indígena e Parque Nacional Isidoro Securé). O desentendimento entre o governo e parte das comunidades originárias que habitam a região, em torno do tema da construção de uma rodovia que corta o território, chegou ao enfrentamento em 2012, promovendo um cenário de violência que, apesar de nenhuma morte registrada, foi um “prato cheio” para a oposição ao processo de mudança.

Após esse evento, muitas organizações indígenas passaram a disputar o poder político através de outros partidos políticos, rompendo com o MAS. Não cabe aqui discutir se houve um movimento de cooptação de lideranças indígenas, mas a contrarrevolução permanente encontrou terreno fértil nas tensões internas do MAS, iniciando um processo de polarização, semelhante a outros exemplos da região sul-americana.

O acirramento final desta polarização que configurou o cenário pré-eleição de 2019, deu-se ainda em 2016, quando o Presidente Evo Morales convocou um Plebiscito para validar sua candidatura a um quarto mandato consecutivo. A oposição fez uma forte campanha para difamar Evo Morales e todo o período pré-plebiscito girou ao redor de uma história novelística em que Evo Morales teria um filho com uma jovem menor de idade.

Os relatos convergem para a ideia de que Morales realmente teve um romance com a jovem e por isso não pôde afirmar a princípio que não era o pai da criança. Todavia, no fim da história não havia criança alguma. Mas já era tarde quando a verdade veio à tona, e a campanha moralista ao redor desta história resultou na vitória do “Não” no plebiscito de 21 de fevereiro de 2016 e, portanto, Morales não poderia mais se candidatar à presidência para as eleições de 2019. A oposição acreditava que Evo Morales não faria um sucessor e já organizava sua vitória nas eleições.



O MAS, então, resolveu ir para o tudo ou nada. Forçaram a candidatura de Evo Morales alegando que era um direito humano se candidatar. Este ponto gera muita dissonância inclusive entre a própria esquerda, pois muitos acreditavam que era possível fazer campanha para um sucessor. A oposição por sua vez, em luta contra esta “manobra”, iniciou um movimento intitulado “Bolívia disse não” sobre a insígnia do “21F”, a partir do Comitê Cívico de Santa Cruz, tendo a figura de Luís Fernando Camacho à frente, alegando que Evo Morales seria um ditador que queria se perpetuar no poder²¹. Em Potosí, por sua vez, o Comitê Cívico liderado por Marco Antonio Pumari, contesta os acordos de exploração do Lítio com a empresa Alemã, reivindicando maiores benefícios para a região²². Pumari chegou a alegar que Morales seria entreguista²³.

Com a autorização do Tribunal Eleitoral para a candidatura de Morales, a campanha das eleições estava marcada pela mesma disputa do Plebiscito de 2016, Evo sim ou Evo não. A oposição não conseguiu fazer a unidade contra Evo Morales, lançando vários candidatos, entre eles o ex-presidente Carlos Mesa, que nas pesquisas de intenção de voto aparecia em segundo lugar no pleito.

Nesta configuração o MAS estava confiante na vitória em primeiro turno, pois as intenções de voto colocavam Evo Morales com mais de 40% dos votos e na oposição os votos estavam divididos, o que possibilitaria a vitória pela diferença de mais de 10% dos votos para o segundo colocado, mesmo sem maioria absoluta.

²¹Ver: <https://www.opinion.com.bo/articulo/el-pais/paro-c-iacute-vico-comit-eacute-pro-santa-cruz-asume-medidas-repostulaci-oacute-n/20171201084900597353.amp.html>

²² Ver: <https://elpais.bo/se-cumplio-el-primer-dia-de-paro-de-72-h-en-potosi/>

²³ Ver: http://www.la-razon.com/ciudades/potosi-comcipo-huelga-paro-presion-litio-bolivia_0_3231876792.html



Um cenário de instabilidade e polarização para realização das eleições.

Considerações finais

130

Não se advoga aqui ser o modelo boliviano incontestável. Seu sentido comunitário e cooperativo, por exemplo, apesar de uma construção teórica promissora, ainda é muito limitado. Isto porque, dado o sucesso do modelo de geração de excedentes e distribuição de renda via protagonismo do Estado, há uma tendência ao fortalecimento desta parte do modelo, o que em certa medida conflita com a iniciativa comunitária.

Por sua vez, a centralidade das empresas públicas carrega a esperança do povo boliviano e seus resultados são sentidos pela população, o que se supõe como necessário permanecer tal como está e possivelmente expandi-la. Porém, no caminho de uma sociedade emancipada, este protagonismo precisa ser fenecido, pois sua estrutura carrega as contradições de um modo de produção que é excludente e não inclusivo. O que significa dizer que, uma sociedade em busca de sua emancipação precisa encontrar caminhos para superar o Estado e transferir sistematicamente a hegemonia do sistema produtivo para a égide dos trabalhadores associados.

Isto porque, entre outras coisas, um Estado forte e centralizador, mesmo que sob a liderança de políticos com boas intenções, é uma construção frágil frente à hegemonia do capital. A história não cansa de demonstrar que a força do Estado está em sua capacidade de controlar o sistema produtivo. O Capital é incessante e incontrolável em sua busca por uma coordenação da produção em âmbito global, sob a égide das empresas oligopolistas, e almeja uma diluição dos chamados Estado-nação.



No momento presente, em que o capital se subordina à lógica das necessidades do novo capital financeiro mundialmente hegemônico, a estratégia imperialista opera a destruição sistemática dos mercados nacionais e, conseqüentemente, das próprias nações e seus estados, qualquer que seja o grau de sua magnitude nos contextos nacionais.

Seu instrumento central de operação é a dívida pública, bancada com parcelas substantivas dos orçamentos públicos, a exigir a liquidação da estrutura fiscal dos estados em prol de sua remuneração a juros exorbitantes, mecanismo de superacumulação tanto do capital financeiro mundialmente regente quanto das burguesias nacionais já desinteressadas em sequer manter o nível de industrialização parcial já alcançado na fase anterior.

Para a Bolívia, que resistira até meados do fim de 2019 a estes avanços do capital, enquanto outros projetos de país na região já vinham se deteriorando desde 2011 (caso do Paraguai, Argentina, Brasil, etc.), este processo se deu através de um violento golpe militar de Estado que buscou reestabelecer a hegemonia imperialista e romper com o *processo de cambio*. A contrarrevolução boliviana, apesar de enfraquecida desde a aprovação da nova constituição em 2009, agora se apresenta muito mais estruturada e articulada no cenário internacional, tendo em vista, por exemplo, que em 2019, ano do golpe, o país estava “ilhado”, cercado (sem saída ao mar) por países governados por políticos alinhados aos interesses imperialistas²⁴.

²⁴ Esta ideia está relacionada à orientação do assim chamado “Grupo de Lima”, criado para supostamente resolver questões democráticas na região, principalmente na Venezuela. No momento do “golpe” na Bolívia, os países ao redor de suas fronteiras estavam organizados neste grupo e seus líderes abertamente alinhados com os interesses da hegemonia dos EUA (Bolsonaro, Macri, Piñera, Benitez e Vizcarra). Macri foi derrotado para a ala de centro-esquerda argentina nas eleições de 2019, o que



A ausência de um projeto militar autônomo e popular de defesa da revolução, mantendo a elite armada sob os mesmos auspícios desde as ditaduras militares, notadamente sob égide dos EUA, expôs uma das fraquezas vitais o *proceso de cambio*. Todavia, o decreto do fim do projeto ou sua recomposição ainda depende do resultado das eleições que eventualmente ocorrerão no ano de 2020.

Referências

- AMIN, S. **Obsolescent Capitalism**. Londres: Zed books, 2003.
- ANDRADE, Everaldo de Oliveira. **A Revolução Boliviana**. São Paulo: UNESP, 2007.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo, Edições 70, 2011.
- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.C.; PASSERON, J.C. **Ofício do Sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- ENDE. **Audiencia final de rendición pública de cuentas 2018**. Disponível em: <
<http://www.endeandina.bo/storage/rendiciones/7elZXDHJd8ilpqXUfKFFXnrDCiVsAdbyffKGeMCC.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2019.
- FMI. **World Economic Outlook (april 2019)**. Disponível em: <
<https://www.imf.org/external/datamapper/datasets/WEO>> Acesso em: 25 mai. 2019.
- GUZMAN, Gustavo. **Tupaj Katari**. México: Fondo de cultura económica, 1944
- LA MIGRAÑA. **Nuestra estrella y su fuerza: una mirada geoestratégica del Satélite Tupac Katari**. Revista de Análisis Política, n. 10, 2014.
- LINERA, Álvaro Garcia. **O que é uma Revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- _____. **Tensões Criativas da Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

significativamente muda este jogo de forças. Não à toa, Evo Morales está exilado na Argentina atualmente.



MINISTERIO DE ECONOMIA Y FINANZAS PUBLICAS. **El nuevo modelo económico, social, comunitario y productivo.** Economía Plural, ano 1, nº 1, set. 2011. Disponível em: < <https://repositorio.economiayfinanzas.gob.bo/documentos/2018/UCS/materialesElaborados/publicaciones/Revista 01.pdf>>. Acesso em 01 ou. 2019.

OPINIÓN. **García habla de Salvatierra y Andrónico como sucesores:** Van a ser 10 veces mejor que nosotros. 02 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.opinion.com.bo/articulo/el-pais/garc-iacute-habla-salvatierra-andr-oacute-nico-como-sucesores-quot-van-ser-10-veces-mejor-quot/20190802110700656755.html>>. Acesso em: 10/08/2019.

QUIVY, R. & CAMPENHOUDT, L.V. **Manual de Investigação em Ciências Sociais.** 4ª ed. Lisboa: Gradiva, 2005.

VENTURINI, Anna C. & VILLELA, Renata R. **A inclusão de mulheres no parlamento como medida de justiça social:** análise comparativa dos sistemas de cotas do Brasil e da Bolívia. Revista Eletrônica de Ciência Política, vol. 7, n. 1, 2016.

WORLDBANK. **World Bank open data.** Disponível em: < <https://data.worldbank.org/>>. Acesso em: 10 out. 2019.

Conversas

La Paz, Potosí e Uyuni, julho de 2019.

(Nomes mantidos em sigilo, dado o risco iminente de um Golpe Militar de Estado)

Visitas Técnicas

Casa Grande del Pueblo (La Paz) – 19 jul. 2019.

Vicepresidencia (La Paz) – 22 jul. 2019.

UPEA (El Alto) – 22 jul. 2019.

Oficina YLB (La Paz) – 23 jul. 2019.

UMSA (La Paz) – 24 jul. 2019.

Planta Llipi, YLB (Uyuni) – 28 jul. 2019.

Planta La Palca, YLB (Potosí) – 29 jul. 2019.

Banco Central da Bolivia (La Paz) – 30 jul. 2019.

Estación Terrena de Amachuma, ABE (El Alto) – 02 ago. 2019.

Recebido em 30 dez. 2020 | aceite em 15 fev. 2020

